

IX Reunião de Antropologia do Mercosul

10 a 13 Julho DE 2011 – Curitiba, PR

Grupo de Trabalho: GT13 – Antropologia de las periferias urbanas: transformaciones socio-territoriales, desigualdades en la ciudad y nuevos conflictos en el espacio público

ENTRE INOVAÇÃO E NORMA NA INFORMALIDADE DA PERIFERIA: REPENSANDO A INTERVENÇÃO SOCIO-URBANÍSTICA

Marluci Menezes

Antropóloga, Investigadora do LNEC / Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC

e-mail: marluci@lneec.pt

ENTRE INOVAÇÃO E NORMA NA INFORMALIDADE DA PERIFERIA: REPENSANDO A INTERVENÇÃO SOCIO-URBANÍSTICA¹

Resumo

Qual é o contributo antropológico na análise do protagonismo do par cidade formal/informal no âmbito do pensar/actuar sobre o território urbano? Qual é (ou pode ser) o contributo desta análise para repensar a intervenção urbana? A informalidade pode contribuir para inovar a intervenção urbana e esta normalizar o direito à cidade? Procede-se a uma discussão teórica que visa descortinar as intermediações que se escondem por detrás do par formal/informal, com vista a sustentar a ideia de que importa inovar determinados formalismos de intervenção socio-urbanística. Esta reflexão tem como cenário de fundo: as contingências socio-urbanísticas do recente e acelerado processo de expansão do território urbano da Cidade da Praia, em Cabo Verde, e as preocupações do poder público com as vulnerabilidades criadas e a necessidade de implementar acções que minimizem as situações de risco e precariedade social e urbana.

Uma antropóloga ‘entre’ lá e cá

Trabalhando com a questão urbana desde alguns anos, especialmente a partir do estudo da relação entre organização social e organização do espaço, parte do trabalho que tenho desenvolvido tem estado vocacionado para pensar sobre como contribuir para a definição de políticas públicas e de perspectivas de intervenção socio-urbanística que viabilizem o direito à cidade, designadamente das populações em situações de desfavorecimento urbano, social e económico.

É no contexto desta actividade de pesquisa que tenho vindo a integrar uma equipa interdisciplinar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que presta apoio pontual ao Governo de Cabo Verde. Este apoio está relacionado com determinadas recomendações gerais e de cunho metodológico no âmbito da construção de uma estratégia nacional para a promoção de uma política social da habitação e das questões do planeamento urbano. É, portanto, no âmbito desta experiência de trabalho que tive um contacto mais próximo com a questão urbana, ou melhor

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto “Sistemas construídos: memórias, práticas sociais e ambiências urbanas” presentemente em curso no Núcleo de Ecologia Social (NESO) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e enquadrado no Plano de Investigação Programada para 2009-2012 (PIP) deste Laboratório. Salienta-se ainda o agradecimento a Margarida Rebelo os comentários ao presente trabalho.

dizendo com a problemática habitacional e urbanística da Cidade da Praia, capital do País e situada na Ilha de Santiago.

O objectivo da presente reflexão não é especificar essa minha experiência, nem tão pouco pormenorizar os vários aspectos que caracterizam a actualidade da realidade urbana de Cabo Verde, designadamente da sua capital. O objectivo aqui é, por um lado, e a partir de algumas muito breves notas sobre a realidade socio-demográfica do País, destacar as condições de desenvolvimento de um urbanismo informal e periférico, conforme criadas no âmbito de um acelerado processo de expansão do território urbano da Cidade da Praia.

Por outro lado, ciente de que o poder central e o poder municipal (Cidade da Praia) estão preocupados com as vulnerabilidades criadas com este recente, rápido e contínuo crescimento urbano, mostrando-se interessados em implementar acções que minimizem as situações de risco e precariedade social e urbana, não é ainda claro como que a adopção de um 'planeamento formal' poderá responder a tais intuitos.

Como antropóloga, não tenciono aqui descortinar os procedimentos, instrumentos, normas e regulamentações que definem a prática de planeamento e de definição de um plano urbanístico. Mas as contingências socio-urbanísticas da Cidade da Praia, assim como algumas interrogações que me foram colocadas por técnicos municipais ligados ao planeamento urbano local, servem-me como cenário de fundo para levantar algumas questões que procuro discutir nesta reflexão, designadamente: Qual é o contributo antropológico na análise do protagonismo do par cidade formal/informal no âmbito do pensar/actuar sobre o território urbano? Qual é (ou pode ser) o contributo desta análise para repensar a intervenção urbana? A informalidade pode contribuir para inovar a intervenção urbana e esta normalizar o direito à cidade?

Breves notas sobre o cenário de fundo

Fazendo uma socioantropologia de Cabo Verde, Couto (2010) apresenta o país do seguinte modo:

“Dez ilhas e nove subcontextos socioculturais enquadrados por uma dimensão histórica (uma matriz institucional colonialista fragmentada pela pós-

independência), por uma dimensão ecológica (um sistema de recursos mínimos, *far from equilibrium*) e por uma dimensão sociocultural de um mundo insular altamente intervencionado pelo assistencialismo modernizante da ajuda internacional, sugerem uma sociedade com um encerramento/abertura muito complexo” (Couto, 2010: 19).

Com uma população de 431.984 em 2000 (fonte: RGPH, 2000), os dados provisórios do Censos de 2010 da população de Cabo Verde apontavam para um ligeiro aumento da população expresso em 491.575 residentes, repartida equilibradamente por ambos os sexos. Contudo, estes mesmos dados registam um crescimento da população urbana (62%) e uma diminuição da população rural (38%).

Refira-se ainda os seguintes dados:

- A população de Cabo Verde registou um aumento de + 135.984 habitantes entre 1980 (296.000) e 2000 (431.984);
- Trata-se de uma população muito jovem (55% com menos de 20 anos);
- A densidade populacional em 2000 era de 108 hab/km²;
- Estimava-se, em 2007, que 30 % da população vivia abaixo do limiar da pobreza, destacando-se as situações das Ilhas de Brava, St. Antão e S. Nicolau, onde a pobreza atingia a maioria da população.

Já em 2000 verificava-se que mais da metade da população vivia na Ilha de Santiago (234.940) e que quase metade dela residia na Cidade da Praia (106.052). Esta cidade identifica, para além de outras localidades do país, uma necessidade urgente de expansão e de melhoria das condições de acesso à rede pública de abastecimento de água, e de saneamento básico (Costa, 2008).

Destacam-se ainda os seguintes outros dados:

- Estimativa de défice de fogos na Cidade da Praia: 5.000 (em 2000); 11.500 (em 2005) e 21.500 (em 2010);
- Em 2007, registava-se cerca de 8.000 “habitações espontâneas” na Cidade da Praia.

Refira-se ainda que fontes dispersas apontam para uma 'diáspora' cabo-verdiana que alarga o sentido mais tradicional de população nacional, sendo os principais destinos de emigração: Portugal e Estados Unidos da América. Outros importantes destinos são: Holanda, Angola e Senegal.

A auto-construção é, contudo, uma realidade em Cabo Verde, sendo uma das formas com que se manifesta a gestão social dos recursos mínimos. No âmbito de um diagnóstico para o planeamento do sector habitacional e da definição de propostas de actuação que tiveram por base o nível socio-económico da procura habitacional em Cabo Verde (Reis Cabrita, 1998), no que se refere aos estratos insolventes, é possível destacar as informações abaixo reproduzidas.

| Factores da Oferta | Apreciação da realidade habitacional | Problemática e propostas |
|---------------------------|---|---|
| Promoção | <p>Promoção espontânea pelos próprios após um 1º momento de instalação muito precária.</p> <p>O volume, a dispersão e a espontaneidade desta promoção são superiores à capacidade de enquadramento e controlo das administrações local e central.</p> <p>Esta promoção não encontra saídas legais do tipo associativo apoiado.</p> | <p>Nos novos bairros há que enquadrar e apoiar a promoção individual e a associativa, de modo a respeitar as regras urbanas.</p> <p>Por razões de racionalidade social e urbanística deverá haver apoios mais fortes e facilitados à promoção associativa.</p> <p>Há que considerar que se trata de uma promoção de longo prazo e que envolve agentes vulneráveis, o que recomenda que o promotor isolado ou associado, quando mude de casa, tenha garantia dos seus investimentos e não especule com os apoios que recebe.</p> |
| Factores da Oferta | Apreciação da realidade habitacional | Problemática e propostas |
| Construção | <p>Défice locais de produção de materiais de construção e a que há é pouco enquadrada e de má qualidade.</p> <p>Construção realizada maioritariamente por auto-construção, geralmente com a ajuda de amigos, familiares e vizinhos</p> <p>Participação de mão-de-obra especializada em tarefas concretas posteriores (rebocos, instalações, etc.)</p> <p>Construção de paredes em blocos de betão muito frequentes nas zonas urbanas, bem como coberturas em laje de betão.</p> | <p>A construção deve obedecer as regras urbanas e os regulamentos, embora numa óptica evolutiva. Nos restantes aspectos a qualidade deve ser mínima aceitável, mas atendendo à debilidade de execução na auto-construção.</p> <p>A produção associativa deve ser favorecida tendo em vista essencialmente um processo mais rentável e de maior garantia de qualidade, nomeadamente pelo controlo de unidades locais de construção e de produção de materiais básicos.</p> <p>A auto-construção apoiada visa uma maior racionalidade que inclui apoio técnico e metodológico às soluções construtivas e à execução em obra através de manuais e encarregados/formadores.</p> |

A gestão dos recursos mínimos está intimamente associada à ideia de adaptabilidade e que, conforme refere Couto (2010), refere-se à capacidade daquela sociedade em responder às variações do ambiente, de modo a garantir a sobrevivência e o desenvolvimento. Embora o autor analise em pormenor a sociedade rural da Ilha de Santiago, as questões que aborda acerca da capacidade de adaptabilidade da sociedade cabo-verdiana são mais latas, reflectindo-se nos diversos domínios do social e do económico, como por exemplo, nos modelos de residência, de constituição dos agregados familiares, no sistema produtivo e nos hábitos alimentares.

A adaptabilidade de que fala Couto (2010) está ainda relacionada com a ideia de inovação, entretanto discutida enquanto conceito associado a uma “destruição criativa” (conforme aceção dada por Schumpeter) e que, na gestão dos recursos mínimos, permite aos indivíduos inventar “a margem de manobra” necessária para a sobrevivência e o desenvolvimento, ainda que nem sempre abertos à adopção de uma perspectiva mais operativa e tecnológica dessa mesma inovação, o que leva o autor considerar que:

“ (...) pela acção dos seus actores sociais enquanto gestores de recursos mínimos e pela interdependência das suas instituições e estruturas sociais, o modo de existência da sociedade rural santiaguense é auto-determinado pela incerteza do contexto, pela adaptabilidade das instituições e pela (in)disponibilidade para as inovações num pano de fundo de economia do incerto” (Couto, 2010).

De acordo com os técnicos municipais a posse de uma ‘casa’ – ainda que uma *barraca* – tem um valor inigualável para os cabo-verdianos, sendo objecto de investimento ao longo de toda a vida. A auto-construção, aqui entendida como uma das formas de adaptação ao ambiente, pode ser, então, considerada como uma ‘cultura’ local de construir, não sendo propriamente uma prática marginal ao sistema.

Refira-se ainda que a normalidade com que a auto-construção se manifesta junto da população cabo-verdiana, contribui para a invenção de um urbanismo informal. Uma cidade informal que se desenvolve velozmente por entre as colinas que envolvem a cidade colonial, formal.

A paisagem informal é cinzenta e pontuada por *barracas* constituídas por materiais provisórios que, pouco a pouco, vão sendo substituídos por blocos de cimento sobrepostos, muitas vezes, sem fundação ou estruturas de suporte. Escasseiam as infra-estruturas básicas tais como água, luz, saneamento e vias de acesso. A cidade informal desenvolve-se por entre encostas, vales e leitos de rios – que inundam na época das chuvas e que ciclicamente voltam a secar. Com as chuvas, muita da informalidade construída é levada pelo movimento das águas. Escasseiam os serviços e os equipamentos tais como a escola, o posto médico, os transportes. Escasseia o trabalho formal. A economia informal sustenta a cinética do viver urbano na contemporaneidade da cidade, tendo já dado lugar a uma especulação imobiliária na cidade informal.



Para os técnicos municipais da Cidade da Praia, a prática do urbanismo que realizam está mais próxima de uma gestão quotidiana da cidade, sem responder a projecções futuras. As dificuldades com que estes técnicos se confrontam foram explicadas através de um conjunto variado de interrogações: Como resolver o problema da habitação? Como enquadrar a necessária gestão quotidiana das questões urbanísticas, mediante uma organização funcional tradicional e que já não responde à conjuntura da realidade urbana local? Até que ponto os instrumentos urbanísticos existentes e até aqui usados apenas cumprem prerrogativas formais preestabelecidas? Não teriam estes instrumentos e procedimentos urbanísticos e de planeamento de serem também (re)inventados? Como podem melhorar as condições de vida urbana na cidade informal com a inexperiência que têm na criação de condições de habitabilidade e de segurança de edifícios auto-construídos ou informais? Como e por onde começar a intervir de forma planeada e minimamente sustentada?

Tais questões inferem, de acordo com os técnicos, a eventual necessidade de se (re)pensar os modelos de gestão e planeamento urbanos, de (re)inventar novas formas de abordagem dos problemas.

A cidade que se inventa ‘entre’ lá e cá

A aplicação dos termos cidade formal e cidade informal ao debate sobre planeamento e intervenção urbana exprime uma dualidade contextual que pode enredar a definição de políticas públicas urbanas, assim dificultando a introdução das questões ligadas à incerteza, à inovação, à flexibilidade, ao movimento, à adaptabilidade e à integração socio-urbanística.

O termo formal remeteria, à partida, para a ideia de cidade ordenada – enquanto forma arquitectónica e urbana, como no que se reporta aos aspectos culturais, económicos, políticos e de organização social. Já o termo informal configuraria uma cidade sem forma, económica e sociopoliticamente instável, onde a cultura se revelaria através de uma simulada incoerência (Hernández e Kellett, 2010). Todavia, como refere também Hernández e Kellett, o sentido dual dos termos formal e informal projecta, na prática, “uma sombra de cepticismo sobre a capacidade de incorporar as complexas condições que tenta representar”. De acordo com os autores, por um lado, tais termos não alcançaram “especificidade política em

decorrência das vastas escalas em que foram feitos para operar”. Por outro lado, a conotação semântica a eles atribuída, tende a reduzir a eficácia dos mesmos, designadamente quando da sua apropriação por arquitectos para assim teorizar sobre “a forma dos edifícios e, por extensão, as cidades” (idem, 2010:1-2). Isto porque, segundo os autores, no discurso da Arquitectura o que se revela como ‘formal’ são os edifícios desenhados por arquitectos ou as partes planeadas da cidade. ‘Formal’ representa, assim, um determinado modelo de abstracção espacial que, entretanto descarta outras formas de concepção do espaço. Por seu lado, o termo ‘informal’ seria um recurso para explicar tudo o que foge ao domínio e controlo do arquitecto, isto é, o que resta: “os edifícios e as partes da cidade que tenham sido desenvolvidos sem a participação dos arquitectos” (ibidem, 2010:2).

Como também observado por Hernández e Kellett (2010), o recurso ao termo ‘formal’ é eficaz na tentativa de supressão das diferenças como das condições históricas que fundamentam o desenvolvimento das cidades. Contudo, os autores salientam ainda que os termos formal e informal são relativamente recentes, designadamente na Arquitectura, muito embora os conflitos subjacentes aos mesmos não sejam novos.

Na compreensão das dinâmicas urbanas convém evitar-se o entrincheirar da complexidade em categorias redutoras e bipolarizadas – p.ex., formal e informal – já que o se faz fundamental é captar a multiplicidade de factores que fazem as cidades, assim como o que fica por explorar ‘entre’ relações dualizadas.

Por exemplo, num já clássico trabalho sobre centro e periferia, Shills (1996) refere o seguinte:

“A zona central não é em si um fenómeno localizado no espaço. (...) Sua centralidade nada tem a ver com a geometria e pouco tem a ver com a geografia. O centro, ou zona central, é um fenómeno que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem dos símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade (Shills, 1996: 53).

O propósito desta citação resulta, como refere Caminati (2009:71), do facto que talvez interesse considerar que determinados valores periféricos não são necessariamente contrários ao que se consagra no centro. O que permite insinuar que certos deslocamentos ou mesmo apropriações contribuem para a circulação de

significados entre centro e periferia, evidenciando assim “um contínuo de posições”. Esta ideia é aqui importante por permitir inferir o significativo papel em explorar as continuidades ‘entre’ centro e periferia, formal e informal, estático e cinético, ao invés de reduzir tais relações a categorias que inferem oposição.

Como refere Mehrotra (2010), tais questões depreendem o proveito em explorar termos como: simultâneo, híbrido e noções que remetem para algum tipo de coexistência.

A cidade que se movimenta ‘entre’ lá e cá

“...a favela é um problema social ...” (frase de Canção de Senhor Jorge e Bezerra da Silva)

De acordo com Mehrotra (2010), em muitas cidades contemporâneas verifica-se a coexistência entre diferentes formas de urbanismo. Mas, a multiplicidade de concepções de urbanismo (por exemplo: novo urbanismo, pós-urbanismo, urbanismo quotidiano ou, ainda, as várias formas autóctones de urbanismo), revela também o “colapso em simultâneo – frequentemente caleidoscópico” destas mesmas concepções, proporcionando uma diversidade de condições urbanas. Para o autor, este colapso assume uma particular expressão, a par da variedade de formas “bizarras” com que se manifesta nas cidades latino americanas, asiáticas e africanas, “onde os disparatados níveis de desenvolvimento económico complicam a já existente paisagem esquizofrénica da cidade contemporânea”.

Daí que, “nestas condições urbanas, a manifestação física da cidade é revertida e, aqui, a cidade ‘estática’ ou formal é mais frequentemente situada numa paisagem temporal da cidade ‘cinética’ ou informal” (Mehrotra, 2010: xi). A cidade informal seria, para o autor, o resultado de uma “paisagem de rua (*streetscape*) em constante transformação – uma cidade em contínuo movimento, em que muito da sua fábrica física caracteriza-se por uma qualidade cinética”. As procissões, os festivais, os moradores, os vendedores de rua são algumas das expressões sociais dessa cidade ‘cinética’. Já a expressão edificada e física da cidade cinética contém uma natureza temporária e em constante reinvenção, sendo composta por materiais reciclados (p.ex.: plástico, papel cartão, pedaços de metal), contrastando assim com a cidade ‘estática’ cujos materiais seriam mais permanentes.

Para Mehrotra (2010), a cidade ‘cinética’ é percebida a partir da construção tridimensional de um continuado desenvolvimento, enquanto a cidade ‘estática’ é compreendida através da bi-dimensionalidade dos mapas e monumentos. Como tal, a “Arquitectura é claramente o espectáculo da cidade estática”, sendo ainda a possibilidade de representação desta cidade. Por seu lado, a cidade ‘cinética’ não depende da Arquitectura para ser compreendida, sendo mais facilmente captada pelos seus espaços que, entretanto encontram-se associados aos valores e aos suportes de vida. Neste último caso, “os modelos de ocupação determinam as suas formas e percepções” (idem: xii).

Fundamental é ainda dizer que, para Mehrotra (2010), a cidade ‘cinética’ não diz respeito apenas à “cidade da pobreza”, como tantas vezes tem sido sugerido pelos discursos e imagens da cidade informal. E que, numa outra perspectiva, tem motivado actuações urbanas onde: (i) a informalidade urbana é rejeitada – através da destruição e/ou da remoção de assentamentos informais sem a devida promoção da integração social e urbana, e da melhoria das condições de vida das populações envolvidas, verificando-se aqui que a cidade ‘estática’ “aspira apagar” a cidade ‘cinética’ através de uma recodificação que se inscreve na concepção de “ordem formal” Mehrotra (2010: xii); (ii) a informalidade urbana é romantizada e até estetizada, muitas vezes destituindo-a do seu conteúdo socio-político e económico e que infere factores ligados à violência quotidiana, à exclusão e à segregação socio-espacial (Davis, 2006).

Na verdade, interessa pensar a cidade ‘cinética’ como uma:

“(…) articulação temporal e de ocupação do espaço que não só cria uma rica sensibilidade de ocupação espacial, sugerindo também que os seus limites espaciais se expandiram para incluir usos formalmente inimagináveis de densas condições urbanas” (Mehrotra, 2010: xii).

Segundo Mehrotra (2010:xiii) tem, contudo, interesse retomar a aceção original de cidade informal no que se refere à questão dos desiguais modos com que os recursos urbanos são distribuídos. O que, numa outra perspectiva, depreende a necessidade de se expandir o acesso as infra-estruturas sociais e físicas que correspondem a uma “cultura da cidade num sentido mais lato”. A partir desta ideia o autor refere-se ao interesse em trabalhar com as “tácticas e as inovações que a população urbana, pobre e marginalizada” pode oferecer, ao invés de centrar a

atenção numa mera intervenção de aprovisionamento de recursos. Isto porque a cidade informal ou ‘cinética’ tem a ver com a invenção de recursos autóctones que dizem respeito a uma “estratégia de sobrevivência – muitas vezes uma estratégia sustentável” (idem: idem). Compreender e trabalhar com a cidade informal remete, assim, para as questões ligadas à cidadania e à legalidade. Refira-se ainda que:

“Ironicamente, a cidade informal é com alguma frequência um sítio com uma significativa produção na cidade e, como Saskia Sassen referiu, a cidade informal é muitas vezes uma componente estratégica das avançadas economias urbanas” (Mehrotra, 2010:xiii).

Muito provavelmente, como observado por Fiori e Brandão (2010: 184), seja de admitir que a informalidade é um importante aspecto da constituição da “condição urbana propriamente dita”. Nesta óptica, Mehrotra (2010) é claro quando refere que a cidade ‘cinética’ não deve, no entanto, ser tomada como instrumento de desenho urbano, mas:

“(…) sim como uma demanda das concepções de urbanismo, criando e facilitando ambientes que sejam versáteis e flexíveis, robustos e ambíguos o suficiente para permitir a qualidade cinética da cidade florescer. Talvez a cidade cinética possa ser tomada como uma tática de abordagem a adoptar no lidar com o urbanismo temporário ou de altas densidades e intensidades” (Mehrotra, 2010:xiv).

A cidade descoberta

Este texto propôs uma leitura antropológica de uma experiência pontual e situacional de trabalho de campo, desse modo tendo procurado reflectir sobre as perspectivas de intervenção urbana da cidade que se constrói ‘entre’ o formal e o informal. A realidade urbana cabo-verdiana e, em específico, a da Cidade da Praia, aqui cenário de fundo desta breve reflexão, foi também o estímulo para o seu desenvolvimento.

Em jeito de conclusão, é inspiradora a vontade de transformar e melhorar as condições de vida urbana conforme demonstradas pelo técnicos e políticos contactados no âmbito da experiência cabo-verdiana. Mas o desafio que se tem pela frente é grande.

Aqui, a antropologia pode ter um importante papel, já que “quando o campo é a cidade” (Magnani, 2000), interessa ao antropólogo decompor um todo complexo e inapreensível a partir da experiência vivida “em situação” (Agier, 2011).

Isto conduz-nos, como refere Agier (2011), a observar, descrever e analisar situações “a partir dos cidadãos”, de modo a responder à pergunta sobre “como fazem as pessoas a cidade?”. Aqui a cidade não é um objecto, um dado a observar, mas um processo vivo “cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações das práticas de ‘fazer cidade’” (idem). Conforme o autor, interessa “orientar o olhar não apenas sobre o que se perde nos espaços ‘da não cidade’ mas também sobre o que aí nasce. Que vida social, económica, cultural, política emerge nos lugares mais precários e mais extraterritoriais, dando-nos exemplos de cidades em formação?”, ou de uma “cidade nua”, onde a densidade e a heterogeneidade são atravessadas por um movimento contínuo e transformativo sem, contudo, haver um “projecto inicial de cidade” (Agier, 2011).

Como salienta Mehrotra (2010), no campo da (re)invenção das práticas de urbanismo, quem sabe das normas, a cidade ‘cinética’ detém um valor crucial por introduzir a inovação através de questões relacionadas com a adaptabilidade, flexibilidade, resistência, para além de um conjunto variado de outros aspectos que podem orientar o desenho urbano. Através da observação, descrição e análise situacional dos micro-processos sociais de inovação e adaptação à cidade ‘cinética’, a antropologia pode contribuir para a invenção de uma cidade boa de se viver.

Bibliografia

AGIER, Michel (2011). *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. Editora Terceiro Nome: São Paulo.

CARMINATI, Thiago Z. (2009). Imagens da favela, imagens pela favela: etnografando representações e apresentações fotográficas em favelas cariocas. In GONÇALVES, Marco. A; HEAD, Scott (2009), *Devires Imagéticos – A Etnografia, o Outro e suas Imagens*. Editora 7 Letras: Rio de Janeiro, pp. 68-91.

COSTA, Ana S. (2008), *Câmara da Praia: Saneamento do Meio e as Construções Clandestinas*, Universidade Jean Piaget.

COUTO, Carlos Ferreira (2010). *Incerteza, Adaptabilidade e Inovação na Sociedade Rural da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)/Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): Lisboa.

DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. Boitempo: São Paulo.

FIORI, Jorge; BRANDÃO, Zeca (2006). Spatial Strategies and urban social policy: Urbanism and poverty in the favelas of Rio de Janeiro. In HÉRNANDEZ, Felipe; KELLET, Peter; ALLEN, Lea K. (2010), *Rethinking the Informal City – Critical Perspectives from Latin America*. Berghahn Books: New York / Oxford, pp. 181-206.

HÉRNANDEZ, Felipe; KELLET, Peter (2010). Introduction: Reimagining the informal in Latin America. In HÉRNANDEZ, Felipe; KELLET, Peter; ALLEN, Lea K. (2010), *Rethinking the Informal City – Critical Perspectives from Latin America*. Berghahn Books: New York / Oxford, pp.1-22.

MAGNANI, José Guilherme (2000). Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole. In MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. 2.^a ed., São Paulo: EDUSP, pp. 12-52

MEHROTA, Rahul (2010). Foreword. In HÉRNANDEZ, Felipe; KELLET, Peter; ALLEN, Lea K. (2010), *Rethinking the Informal City – Critical Perspectives from Latin America*. Berghahn Books: New York / Oxford, pp. ix-xiv.

REIS CABRITA, António (1998). *20 Anos de Cooperação Portuguesa com Cabo Verde em habitação Popular*. Nota Técnica 7/98 – NA, LNEC: Lisboa.

SHILS, Edward (1996). *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel.